

***O PAPEL DA MÍDIA COMO INSTRUMENTO DE  
CONTROLE SOCIAL E NA CRIMINALIZAÇÃO DE  
MOVIMENTOS SOCIAIS:***

***A Revolta da Vacina e as Jornadas de 2013***

Laura Carneiro de Melo Moreira\*

Acesso é poder e o poder é a informação...  
O sistema é nervoso e te acalma com a  
programação do dia, com a narrativa. A  
vida ingrata de quem acha que é notícia, de  
quem acha que é momento, na tua tela  
querem ensinar a fazer comida uma nação  
que não tem ovo na panela, que não tem  
gesto. Quem tem medo assimila toda  
forma de expressão como protesto... Num  
passado remoto perdi meu controle.

*Xáneu 5 – O Teatro Mágico*

---

\* Advogada, pós-graduanda em Direito Processual Civil. Vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Subseção Jataí/GO da Ordem dos Advogados do Brasil. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Goiás/REJ. E-mail [lauramelo.ufg@gmail.com](mailto:lauramelo.ufg@gmail.com)

Existem, no Brasil, diversas tentativas intrínsecas e expressas na mídia, ou na própria história ensinada nas escolas, de proliferação de um discurso de total passividade do povo brasileiro frente às adversidades presentes neste país. Porém, é possível perceber através da existência – e resistência - de diversos movimentos sociais que tal discurso é somente falácia para favorecer a construção de ideologias interessantes aos controladores da máquina estatal.

Os movimentos sociais nunca descansaram ou dormiram, e historicamente são responsáveis por diversas mudanças no contexto político-social brasileiro. Leonardo Sakamoto exemplifica a falsa inércia:

No campo, marchas reúnem milhares de pobres entre os mais pobres, que pedem terra para plantar e seus territórios ancestrais de volta – grupos que são vítimas de massacres e chacinas desde sempre. Ao mesmo tempo, feministas, negros, gays, lésbicas, sem teto sempre denunciaram a violação de seus direitos<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Blog do Sakamoto. Disponível em: <https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2013/06/21/e-em->

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018. [92]

Quando, porém, tais movimentações passam a incomodar aqueles que deveriam suprir as necessidades básicas e constitucionais de um grupo, ou da população como um todo, é perceptível a criminalização e repressão às atividades de movimentos sociais, organizados ou não. Essa repressão (combate) pode ocorrer através do emprego da força policial, de ações arbitrárias legitimadas pelo poder Judiciário, pelos meios de comunicação e entre outros. Constitui objeto de estudo deste artigo o papel dos meios de comunicação na criminalização dos movimentos e, também, o controle social direto e indireto por ela realizado. Para tal estudo, analisaremos elementos comuns entre a Revolta da Vacina, ocorrida em 1904, e as Jornadas de Junho de 2013<sup>2</sup>, que continuam no ano de 2014.

O primeiro ponto a ser estudado é a lenta construção de uma insatisfação generalizada contra variadas ações e omissões dos responsáveis pela máquina

---

sao-paulo-o-facebook-e-o-twitter-foram-as-ruas-literalmente/>. Acesso em junho de 2014.

<sup>2</sup> O nome Jornadas de Junho foi retirado do livro de Harvey (2013).

estatal que chegam a um determinado limite, aqui chamado de estopim. O segundo será a utilização de meios de comunicação pelos detentores de poder político-econômico para a manipulação de posturas, opiniões e na disseminação de ideologias na população em geral, exercendo um tipo de controle social.

## **1. OS ESTOPINS**

### **1.1 A REPÚBLICA VELHA E A REVOLTA DA VACINA**

A proclamação da República no Brasil se deu em 1889, trazendo ao país um novo cenário político, social e ideológico, no qual a imensa variedade de nacionalidades, ideologias e objetivos refletiu na organização de uma sociedade fragmentada que, devido a ações do Estado, o encarava como algo indiferente aos seus interesses. Segundo Gohn (2003), as lutas sociais urbanas se acirram durante o período da Primeira República devido o avanço do processo de urbanização propiciado pela economia do café na região centro-sul.

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[94]

A sociedade naquele período era dividida em diversas associações de apoio mútuo (religiosas, de operários, de estrangeiros, entre outras), “que não possuíam pretensões de eliminar o Estado, mas o viam como algo externo, ao qual se buscava quando fosse necessário, ou se combatia quando certos limites fossem ultrapassados” (CARVALHO, 1987). Este contexto não permitia o desenvolvimento de uma cidadania política que influenciasse efetivamente os órgãos estatais. Com essa neutralização da participação política torna-se inevitável o surgimento de pequenos “nódulos de participação social”, nos quais a povo se considerava comunidade, ou como traz Carvalho (1987): “impedida de ser república, a cidade mantinha suas repúblicas”.

Rodrigues Alves, governador do Rio de Janeiro na época, iniciara um plano de grandes obras públicas no Estado e nomeou Pereira Passos prefeito do Rio de Janeiro, concedendo-lhe poderes para realizar projetos de reformas estruturais na capital. A intenção de Pereira Passos era “fazer da cidade suja, pobre e caótica réplica tropical da Paris reformada por Haussmann” (CARVALHO, 1987) e

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[95]

para tanto não mediu esforços ao decretar a desapropriação e demolição de casas e cortiços, expulsando a população pobre para os morros e proibindo condutas que iam desde urinar em público, até soltar pipas (CARVALHO, 1987). Oswaldo Cruz, diretor do Serviço de Saúde, iniciara também campanhas para o extermínio e controle de três principais epidemias: febre amarela, peste bubônica e varíola.

A maneira como Oswaldo Cruz comandou o combate a estas doenças causou mais problemas à população pobre do Rio de Janeiro. As “brigadas sanitárias [...] percorriam as ruas e visitavam casas, desinfetando, limpando, exigindo reformas, interditando prédios, removendo doentes” (CARVALHO, 1987). Assim, acabaram (re) expulsando pessoas que já não tinham para onde ir.

Esse contexto político-social de diversas Repúblicas dentro de uma República e das constantes intervenções de um Estado na vida de uma população que se não se considerava parte deste mesmo, pode ser considerado um dos fatores na grande participação popular

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[96]

na Revolta da Vacina. E neste ponto encontramos o estopim para a participação popular na Revolta: a intervenção do Estado no último reduto de privacidade que aquela população ainda possuía após as ações de Pereira Passos e Oswaldo Cruz: a honra do chefe de família através da implementação obrigatória da vacina contra a varíola.

## 1.2 O “PÉ NO PESCOÇO” DO POVO: A ATUAL SITUAÇÃO DOS SERVIÇOS BÁSICOS NO BRASIL

O Brasil enfrenta o completo caos na prestação pública de serviços básicos. Estes serviços são também direitos previstos no art. 6º da Constituição Federal, e aqui nos atentaremos a quatro principais – com o intuito de elaborar um cenário a respeito da recorrente situação do país – são eles: saúde, educação, moradia e transporte.

Através dos Indicadores e Dados Básicos do Brasil, presentes em relatórios da Rede Interagencial de Informações para a Saúde (RIPSA), é possível construir esse cenário.

Em gráfico disponibilizado pelo RIPSA, constata-se que no ano de 2010, o número de médicos para cada 1.000 (mil) habitantes, segundo unidade da Federação, não ultrapassou o número de 3 (três) em todo o país. O maior número encontrava-se no Distrito Federal, e o pior índice era de 0,53 médicos para cada 1.000 (mil) habitantes, no Maranhão.

Ainda segundo dados da RIPSA, concluiu-se que o gasto per capita do Ministério da Saúde com atenção à saúde, por componente, segundo ano, não ultrapassa os R\$ 300,00 (trezentos reais) entre 2000 e 2012. Apesar do aumento desse investimento com o passar dos anos, na prática, sabe-se que este ainda é insuficiente. Em artigo publicado na revista jurídica Consulex, o médico e advogado Ricardo C. V. Madeiro escreve que: “a crise na saúde pública do Brasil deve ser considerada sob três aspectos básicos, quais sejam, a deficiência na estrutura física, a falta de disponibilidade de material-equipamento-medicamentos e a carência de recursos humanos.” E continua seu artigo afirmando que o problema do caos na

saúde pública vai além da falta de profissionais. Madeiro (2013) escreve que:

A dificuldade no acesso e a ineficácia dos serviços prestados na Atenção Primária têm contribuído cada vez mais para a superlotação dos hospitais públicos, onde milhares de brasileiros padecem nas filas, mendigando por uma simples consulta, um exame diagnóstico ou uma cirurgia eletiva. A deficiência no número de leitos obriga os pacientes, na maioria das vezes, a passarem semanas acomodados no chão, em colchões ou em macas, largados nos corredores ou na recepção dos hospitais, à espera de um leito de enfermaria ou de UTI [...] A precariedade dessa situação fática leva ao retardo no diagnóstico de doenças e, conseqüentemente, uma piora em muitos prognósticos, podendo ocasionar em alguns casos, a própria morte, antes mesmo do atendimento.

No que tange à educação, os indicadores socioeconômicos de 2010 do RIPSA, trazem que os níveis de analfabetismo, entre pessoas com mais de 15 anos de idade, podem ser considerados altos. Em Alagoas, por exemplo, chegava a 23,5%. Para além deste dado, podemos também abordar a precária condição estrutural das escolas públicas, o baixo salário e as péssimas condições de Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018. [99]

trabalho dos professores, o descaso com a educação básica, entre outros diversos problemas conhecidos na sociedade brasileira.

Quanto à moradia é perceptível uma contradição no atual governo brasileiro. Enquanto programas de incentivo à construção de moradias efervescem o mercado imobiliário – como o programa “Minha Casa Minha Vida” – e, na teoria, tentam diminuir o déficit habitacional brasileiro, encontramos um enorme número de pessoas sendo removidas de suas casas. Seja para dar espaço a novos empreendimentos em regiões valorizadas, seja para a execução de obras voltadas a estrutura de megaeventos (Copa do Mundo e Olimpíadas).

Chico Alencar em seu texto “Muito além da Lei da Copa: derrame de dinheiro público<sup>3</sup>” afirma que o Poder Público, apesar de garantir o reassentamento das famílias removidas, não divulga claramente a relação completa das comunidades ameaçadas de remoção, os nomes das pessoas

---

<sup>3</sup> Blog do Juca. Disponível em:  
<http://blogdojuca.uol.com.br/2012/03/muito-alem-da-lei-da-copa-derrame-de-dinheiro-publico/> Acesso em junho de 2014.

removidas, os valores de avaliação de cada imóvel desocupado e muito menos o local de reassentamento. Temos ainda que, segundo dossiê elaborado pela Articulação Nacional de Comitês Populares da Copa, o número de pessoas removidas arbitrariamente chega a 170 mil. Segundo o dossiê:

A remoção não reconhece o direito de posse, assegurado por pactos internacionais subscritos pelo Brasil, pela Constituição Federal de 1988, pelo Estatuto da Cidade (lei federal 10.257/2001) e mesmo por diversas leis estaduais e municipais. A insegurança e temor são o lote comum das populações ameaçadas, em virtude da falta de informação, difusão de informações falsas e contraditórias, ameaças, propagandas enganosas, boatos, vindos do próprio governo e da mídia. A pressão política e psicológica, a suspensão de serviços públicos e os constrangimentos extralegais e físicos conformam um cotidiano de permanente violência.

O último serviço/direito que abordaremos é o transporte público, âmbito no qual surgiu o estopim das Jornadas de Junho de 2013. Não se pode analisar o transporte público como algo separado da questão da

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[101]

mobilidade urbana ou da formação das cidades. O geógrafo Rodolfo F. Alves Pena, afirma que a tardia e rápida industrialização brasileira construiu um tipo de segregação urbana, na qual a grande massa populacional que habitava as cidades, ou que chegaram a ela através do êxodo rural, foi obrigada a buscar moradias distantes dos grandes e valorizados centros. Seja através de remoções realizadas pelo Poder Público, seja por não possuírem condições financeiras de comprar uma propriedade.

Assim, se fixaram em locais mais afastados, além das favelas e ocupações (i)rrregulares. Como a população que habitava tais locais era pobre e não interessante aos detentores da máquina estatal, se tornaram cada vez mais desprivilegiadas em relação a investimentos estruturais ou de serviços públicos. Dessa maneira, criou-se uma dependência muito grande dos grandes e afastados centros urbanos. É possível observar essa segregação ainda no contexto da República Velha, quando os projetos de Pereira Passos e Oswaldo Cruz expulsam os pobres e indesejáveis para os morros cariocas. Escreve Pena:

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[102]

Os serviços concentraram-se nos bairros mais nobres e, conseqüentemente, o emprego também. O trabalhador precisava se deslocar grandes distâncias em cidades cada vez mais “inchadas” para trabalhar ou utilizar serviços públicos e privados [...] Essa necessidade de deslocamento não foi acompanhada de uma política de investimentos unificada em nível nacional que permitisse a sua estruturação. O que sempre se viu na história das cidades brasileiras foi uma grande massa de trabalhadores deslocando-se através de ônibus lotados em grandes distâncias<sup>4</sup>.

Além da péssima qualidade estrutural do transporte público o trabalhador ainda é obrigado a gastar parte de seu mísero salário com tarifas caríssimas. Neste ponto encontramos o estopim para o surgimento das Jornadas de Junho de 2013.

No dia 22 de maio de 2013, a prefeitura e o governo de São Paulo anunciaram o aumento de 6,7% nas tarifas de ônibus, trem e metrô. A passagem iria de R\$ 3,00 (três reais) para R\$ 3,20 (três reais e vinte centavos). Com

---

<sup>4</sup> Mundo Educação. Disponível em:  
<http://www.mundoeducacao.com/geografia/a-qualidade-transporte-publico-no-brasil-os-protestos.htm>> Acesso em junho de 2014.

isso, o Movimento Passe Livre de São Paulo convocou diversos atos na luta contra o aumento das tarifas. As primeiras manifestações foram brutalmente criminalizadas na grande imprensa, e reprimidas por políticos e pela força policial.

Quando isso ocorreu, diversos vídeos e imagens foram divulgados nas redes sociais desmentindo o discurso da grande mídia e, assim, as manifestações tomaram proporções antes inimagináveis. Depois de sete atos, o MPL teve sua pauta minimamente atendida e passou a não mais convocar as concentrações. Mas uma grande onda de protestos já tinha tomado conta do país, e as pautas das diversas manifestações evidenciavam que a imagem do país não correspondia ao que estava sendo veiculado pelo governo. Mauro Luis Iasi diz que:

A repressão aos jovens e a prepotência dos governantes funcionaram como catalisador das contradições que germinavam sob a aparência de que tudo corria bem em nosso país. Não era mais possível manter o real como impossibilidade sem ameaçar a continuidade da vida. (HARVEY, 2013)

As Jornadas abalaram (e continuam a enfraquecer) a imagem vendida de um país próspero - que reduziu o número de miseráveis, que permitiu o crescimento da classe média, anfitrião de megaeventos, promotor de justiça social - e reacendeu o debate acerca de diversos pontos arrastados para debaixo do tapete há muitos anos. Estes pontos são, entre outros, a precária prestação de serviços públicos, a criminalização de movimentos sociais, a falta de formação política da população, a manipulação midiática da informação e o atendimento prioritário dos interesses dos detentores de poder econômico e político em detrimento da população em geral.

## **2. A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO DESENVOLVIMENTO DAS REVOLTAS POPULARES**

Talvez por tamanha importância e influência no quesito “tomar o poder para si” e não responder aos interesses dos controladores do Estado, é que os movimentos sociais são, há décadas, criminalizados ou

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018. [105]

manipulados por estes mesmos “controladores”, sendo que, a mais eficiente e por isso principal ferramenta utilizada para isso é a mídia. Para tratar mais profundamente da maneira como é feita a manipulação desta ferramenta, trataremos primeiro da influência de jornais no desenrolar da Revolta da Vacina e depois da atuação da mídia na cobertura das Jornadas de Junho 2013/2014, buscando demonstrar que a manipulação midiática e a criminalização de movimentos sociais por parte da mídia não é estratégia recente na história brasileira e que, devido a sua atuação – mídia –, os detentores do poder político-econômico manipulam a massa populacional com a finalidade de atender aos seus interesses e perpetuar o seu controle social.

## 2.1 OS JORNAIS E A REVOLTA DA VACINA

Retomando o contexto de 1904, surge então, a possibilidade da implementação obrigatória da vacina contra varíola e uma guerra político-ideológica manipula a população do Rio de Janeiro através de dois principais jornais: *Correio da Manhã* e *O Paiz*.

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[106]

Oswaldo Cruz se encarregou do projeto da regulamentação da obrigatoriedade da vacina, mas este mesmo projeto acabou “acidentalmente” publicado no jornal *A Notícia*, no dia 10 de novembro de 1904, causando indignações de diversos segmentos da sociedade. (CARVALHO, 1987) Porém, ainda no dia 5 de novembro, o tenente-coronel Lauro Sodré e o influente senhor Vicente de Souza já haviam iniciado o terror ideológico - que os jornais continuaram - e convocavam o povo à revolta, dizendo que deveriam resistir mesmo que à bala. Carvalho (1987) relata que Vicente de Souza trouxe o principal argumento de chamamento da população à luta:

Ao voltar do trabalho, o chefe (de família) fica sem poder afirmar que a honra de sua família esteja ileso, por haver aí penetrado desconhecido amparado pela proclamação da lei da violação do lar e da brutalização aos corpos de suas filhas e de sua esposa. A messalina entrega-se a quem quer, mas a virgem, a esposa e a filha terão que desnudar seus braços e colos para os agentes da vacina. (CARVALHO, 1987).

Através da análise das publicações destes dois jornais no período que precedeu a Revolta, durante a mesma (oito dias) e após, é possível abstrair, segundo José Murilo de Carvalho, duas versões que correspondem às visões liberal e conservadora das revoltas populares. O Correio da Manhã se preocupava em demonstrar a identidade social e de interesses entre a população em geral e os militares, a fim de legitimar a tomada de poder pelos últimos (CARVALHO, 1987). Já O Paiz tentava de toda maneira evitar as hostilidades enganando a parte menos culta da população; falavam nas ações de conspiradores, mazorqueiros, arruaceiros, desocupados e, aqueles que acabaram presos eram vagabundos e desordeiros (CARVALHO, 1987).

É interessante destacar que a Revolta da Vacina até hoje gera discussões entre os historiadores no que tange os motivos de sua ocorrência. É pacificado que militares preparavam um golpe, buscando “acabar com a república dos fazendeiros [...] prostituída” restaurando e assim regenerando-a. Porém, era necessário apoio popular para tanto, e o terror ideológico-moralista realizado através do

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[108]

jornal *Correio da Manhã* e de, segundo *O Paiz*, pessoas infiltradas nas manifestações que incitavam o povo ao ódio a Oswaldo Cruz e a vacina, efetivou tal apoio.

Carvalho (1987) afirma que a explicação mais óbvia para a proporção que tomou a Revolta era a obrigatoriedade da vacina e o tom moralista que ela carregava, colocando em risco a honra do chefe de família. O *Correio da Manhã* trazia: que “em breve cafajestes de esmeralda invadiriam os lares para inocular o veneno sacrílego nas nádegas das esposas e filhas” (CARVALHO, 1987).

Apesar de a vitória da população não ter causado mudanças políticas imediatas, a Revolta da Vacina permanece como exemplo quase único de movimento popular de êxito baseado na defesa do direito dos cidadãos de não serem arbitrariamente tratados pelo governo (CARVALHO, 1987). Em entrevista a um jornal, um “preto acapoeirado” traduziu o orgulho que o povo estava sentindo, dizendo que o mais importante em tudo que ocorreu, era “mostrar ao governo que ele não põe o pé no pescoço do povo” (CARVALHO, 1987).

A narração de José Murilo de Carvalho é clara ao mostrar a utilização da mídia para provocar determinadas ideias e atitudes na população, exercendo assim, um controle social implícito sobre a população que se via ameaçada em seus direitos básicos. É certo que este controle social exercido pela mídia não cessou na República Velha. Portanto, estudaremos a seguir, a manipulação e o controle que foram realizados nas Jornadas de Junho de 2013.

## 2.2 A MÍDIA E AS JORNADAS DE JUNHO 2013/2014

### 2.2.1 Movimento pelo Passe Livre

O Movimento pelo Passe Livre não se limita a São Paulo e muito menos se iniciou em 2013. A Revolta do Buzu<sup>5</sup>, ocorrida em 2003 na cidade de Salvador, e a Revolta

---

<sup>5</sup> Portal Urano História, Revolta do Buzú: onde tudo começou. Disponível em: <<http://uranohistoria.blogspot.com.br/2013/06/revolta-do-buzu-onde-tudo-comecou.html>> Acesso em: 13 de julho de 2014.

da Catraca<sup>6</sup>, em 2004 na cidade de Florianópolis, foram os primeiros passos para a organização de um movimento nacional que lutasse pelo direito ao passe livre estudantil.

Em 2005 funda-se o Movimento pelo Passe Livre um

movimento social de transportes autônomo, horizontal e apartidário, cujos coletivos locais, federados, não se submetem a qualquer organização central. Sua política é deliberada de baixo, por todos, em espaços que não possuem dirigentes, nem respondem a qualquer instância externa superior (HARVEY, 2013)

Com o desenvolvimento das atividades de luta do MPL evidencia-se que a busca por uma tarifa zero não se limitava ao estudante, mas também, ao trabalhador que vê seu acesso ao espaço urbano limitado por catracas, uma vez que “o acesso do trabalhador à riqueza do espaço urbano, que é produto de seu próprio trabalho, está invariavelmente condicionado ao uso do transporte coletivo”, sendo que:

---

<sup>6</sup> Portal Revolta da Catraca. Disponível em:  
<<http://revoltadacatraca.wordpress.com/about/>> Acesso em: 13 de julho de 2014.

As catracas do transporte são uma barreira física que discrimina, segundo o critério da concentração de renda, aqueles que podem circular pela cidade daqueles condenados à exclusão urbana. Para a maior parte da população explorada nos ônibus, o dinheiro para a condução não é suficiente para pagar mais do que as viagens entre a casa, na periferia, e o trabalho, no centro: a circulação do trabalhador é limitada, portanto, à sua condição de mercadoria, de força de trabalho (HARVEY, 2013)

Nesse ínterim, a ideia de passe livre ganha força quando o movimento revisa um projeto de Tarifa Zero elaborado em 1990 pela Prefeitura de São Paulo, constatando que o transporte visto como direito “é fundamental para a efetivação de outros direitos, já que garante o acesso aos demais serviços públicos”.

O transporte é entendido então como uma questão transversal a diversas outras pautas urbanas. Tal constatação amplia o trabalho do MPL, que deixa de se limitar às escolas, para adentrar em bairros, comunidades e ocupações, numa estratégia de aliança com outros movimentos sociais – de moradia, cultura e saúde, entre outros. Se a retomada do espaço urbano aparece como objetivo dos protestos contra a tarifa,

também se realiza como método, na prática dos manifestantes, que ocupam as ruas determinando diretamente seus fluxos e usos. (HARVEY, 2013)

Desde 2004, quando a Revolta da Catraca em Florianópolis conseguiu barrar o aumento da passagem de ônibus, o MPL promove o Dia Nacional do Passe Livre. Em 2012, quando da comemoração dessa data o MPL-SP deixou bem claro sua intenção: “Se a tarifa aumentar, São Paulo vai parar<sup>7</sup>”.

Em 2013, com o anúncio do aumento da passagem de ônibus, trem e metrô em São Paulo, o MPL-SP passa a convocar atos com o objetivo de revogar o aumento. O primeira data de 06 de junho de 2013.

Apesar de a origem das Jornadas de Junho ser nos atos convocados pelo MPL-SP, é importante destacar que ainda no mês de maio de 2013, protestos contra aumento de passagens já ocorriam em diferentes cidades, como Goiânia. A manifestação nesta cidade no dia 28 de maio de

---

<sup>7</sup> Os Protestos de São Paulo em 7 atos. Disponível em: <[http://www.vice.com/pt\\_br/vice-news/teenage-riot-em-sao-paulo](http://www.vice.com/pt_br/vice-news/teenage-riot-em-sao-paulo)>. Acesso em maio de 2013.

2013, por exemplo, sofreu violenta repressão, com utilização da cavalaria da PM, balas de borracha e bombas de efeito moral<sup>8</sup>.

### **2.2.2 A cobertura das manifestações em São Paulo e a criminalização da luta pela redução da tarifa**

O primeiro ato convocado pelo MPL-SP ocorreu no dia 06 de junho de 2013, a concentração se deu em frente o Teatro Municipal e contou com cerca de 5.000 (cinco mil) pessoas. Seguindo o ideal de retomada do espaço urbano, o protesto seguiu ocupando importantes avenidas e com a queima de catracas de papel.

Não demorou para a Polícia Militar e a Tropa de Choque atuarem dispersando os manifestantes com balas de borracha e bombas de efeito moral. A repressão se tornou mais intensa quando o manifesto tomou a Avenida Paulista, e de acordo com imagens do documentário “Os Protestos

---

<sup>8</sup> Uol Notícias. Disponível em:  
<<http://noticias.uol.com.br/album/2013/05/28/protesto-contra-aumento-de-tarifa-de-onibus-termina-em-confronto-em-goiania.htm>> Acesso em julho de 2014.

de São Paulo em 7 atos”, os manifestantes tentavam afastar a polícia com barricadas de fogo, enquanto outros revoltados com a violência, viraram lixos, cabines da PM, entre outras ações. No fim do ato, a polícia militar encurralou os manifestantes em frente ao Shopping Pátio Paulista, e continuaram a atirar bombas e balas de borracha.

No dia seguinte, liam-se nas manchetes dos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e em sites como UOL, tendenciosas informações e condenações aos manifestantes devido aos danos ao patrimônio público e privado. A reportagem publicada no site da UOL, no dia 06 de junho, relata que “por volta das 20h20, manifestantes tentaram entrar no shopping Pátio Paulista, já próximo ao Paraíso, e o estabelecimento precisou ser cercado pela Polícia Militar<sup>9</sup>”, provocando o entendimento de que a intenção de quem entrara no shopping era danificá-lo e não se proteger da ação truculenta e violenta da polícia.

---

<sup>9</sup> Folha de São Paulo. Disponível em:  
<<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1291116-manifestantes-deixam-rastro-de-vandalismo-na-regiao-central-de-sp.shtml>> Acesso em junho de 2013.

O Estado de São Paulo anunciava que os manifestantes eram “ligados ao Movimento Passe Livre, liderado por estudantes e alas radicais de partidos.”. Justifica o aumento da tarifa, dizendo que o reajuste “ficou bem abaixo da inflação”, e afirmou que o número de manifestantes era de duas mil pessoas, apesar dos organizadores contabilizarem de cinco a seis mil. Liam-se em reportagem publicada no site da Folha de São Paulo: “Manifestantes deixam rastro de vandalismo na região central de São Paulo”.

O MPL-SP em nota divulgada no dia 7 de junho defende que as pessoas presentes no protesto exerciam o seu “legítimo direito de protestar<sup>10</sup>” ao ocuparem algumas vias da capital e sofreram repressão violenta por parte da Polícia Militar. Sustentam que a população reagiu e revidou a agressão dos policiais, mas, que na verdade, estes eram os que possuíam armas e bombas ferindo então vários manifestantes. Reafirmam que o aumento da tarifa seria

---

<sup>10</sup> Folha de São Paulo. Disponível em: <  
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/112751-protesto-contr-aumento-de-onibus-tem-confronto-e-vandalismo-em-sp.shtml> >  
Acesso em junho de 2013.

também o aumento da exclusão social, uma vez que “37 milhões de pessoas são excluídas do transporte público por não terem dinheiro para pagar a tarifa”. A exclusão seria a maior violência, e o MPL continuaria a lutar contra ela:

O transporte público de São Paulo é um dos mais caóticos, precários e caros do Brasil como se vê noticiado todos os dias pela imprensa da cidade, e se vive todos os dias dentro dos ônibus e trens. Todos os dias as periferias sofrem com a falta de transporte público, com trânsito e violência policial. Ontem o outro lado da cidade ficou sabendo como essa periferia se sente<sup>11</sup>.

No dia 7 de junho o MPL volta às ruas e, ao impedir o trânsito em algumas avenidas, é novamente reprimido pela força policial. Reportagens veiculadas na televisão seguem a linha dos jornais, defendendo as ações violentas da polícia e condenando os manifestantes, afirmando que os atos somente causariam transtornos à

---

<sup>11</sup> Movimento Passe Livre São Paulo. Disponível em:<<http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/07/nota-sobre-a-manifestacao-do-dia-6/>> Acesso em junho de 2013.

cidade, sem ao menos trazer a questão da revogação do aumento da tarifa para debate, ou conhecimento do público.

O terceiro ato ocorreu no dia 11 de junho, e – ao contrário do esperado pela grande mídia – mostrou que o movimento estava se expandindo. Contabilizaram-se 12 mil pessoas presentes na concentração do ato. Uma vez que a grande mídia não veiculava reportagens fiéis aos fatos, as redes sociais exerceram papel importante na divulgação dos atos e no compartilhamento de diversos vídeos que registravam ações truculentas de repressão. Novamente houve confronto, e as reportagens continuavam tendenciosas, lia-se na Folha de São Paulo: “O grupo que protesta contra o aumento das passagens de ônibus voltou a entrar em confronto com a Polícia Militar na Avenida Paulista<sup>12</sup>”. O relato continua trazendo ao conhecimento do público apenas a ideia de que quem participava dos protestos era vândalo e baderneiro e esquecendo-se da informação de que no confronto entre Polícia e População,

---

<sup>12</sup> Folha de São Paulo. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1293597-apos-confronto-com-a-pm-manifestantes-fecham-pista-da-paulista.shtml>> Acesso em junho de 2014.

a primeira estaria em grande vantagem pois possuía todo tipo de aparato repressivo, que continuou a ferir dezenas de pessoas durante os atos.

Com a criminalização das manifestações ocorrendo a todo vapor na grande mídia, o discurso da massa populacional não envolvida no protesto já mostrava similaridade com o discurso propagado por ela. Novamente no documentário “Os Protestos de São Paulo em 7 atos” encontramos alguns entrevistados que enxergavam os atos como algo externo. Um dos entrevistados (parado em sua moto em algum ponto bloqueado pela movimentação) diz: “Acho bacana o lado deles. Porém acaba atrapalhando os cidadãos que precisam das vias públicas.” Outro que saía de seu trabalho afirma: “Realmente é um valor caro, pesado - aponta para uma escrita na parede que dizia “R\$ 3,20 não” – pena que fizeram isso na parede do meu trabalho, precisava disso?!”.

O discurso que surge como tentativa de deslegitimar os protestos é o de que parte dos manifestantes era composta por grupos anarquistas que só buscavam o caos e vandalizar a cidade e a outra que era composta por

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[119]

peças de classe média<sup>13</sup>, “filhinhos de pai”, como afirmou Arnaldo Jabor, que só buscavam baderna. A jornalista Rachel Sherazade deixa claro em sua fala, transmitida no dia 12 de junho no Jornal do SBT, a tentativa de divisão entre manifestantes e a população como um todo: “Os ônibus que eles depredaram e quase incendiaram são os mesmos que servem a população!”. Como se “eles” e “população” não fossem um só grupo, com direitos comuns sendo violados.

Ainda no dia 12 de junho o governador de São Paulo em entrevista coletiva declarou que, em geral, o “movimento era político e pequeno, mas muito violento” e descartou a possibilidade de redução da tarifa<sup>14</sup>. No dia 13 de junho a capa do Jornal Folha de São Paulo exibiu a seguinte manchete: “Governo de São Paulo afirma que será mais duro contra vandalismo”, a manchete era

---

<sup>13</sup> Portal Conversa Fiada. Disponível em:  
<<http://www.conversaafiada.com.br/brasil/2013/06/07/protesto-em-sao-paulo-nao-tinha-trabalhador/>> Acesso em junho de 2013.

<sup>14</sup> Folha de São Paulo. Disponível em:  
<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1294438-alcmin-diz-que-nao-e-possivel-reduzir-valor-de-passagem-em-sp.shtml>  
Acesso em junho de 2014.

acompanhada de uma foto de dois policiais machucados durante os protestos. Um trecho da reportagem afirmava: “A Polícia Militar diz que será mais dura na repressão e atos de vandalismo e que não relevará nem casos isolados. A Tropa de Choque seguirá a manifestação” que estava marcada para aquele mesmo dia.

O quarto ato, ocorrido no dia 13 de junho, foi marcado pela massiva divulgação nas redes sociais de vídeos e mensagens que denunciavam a utilização de violência desnecessária por parte da Polícia, o que levou mais pessoas às ruas. Liam-se nas faixas dos manifestantes que a única violência presente naquele local, era a do preço da tarifa e as condições estruturais do transporte público.

Durante o quarto ato, quando a manifestação alcançou a Rua da Consolação, a Tropa de Choque começou a agir sem motivos aparentes e as cenas de repressão que podem ser vistas no documentário acima citado são absurdas. Cerca de 200 pessoas foram presas, dezenas ficaram feridas e tiveram os seus direitos mínimos cerceados. Em diversos vídeos disponibilizados nas redes sociais é possível ver um jovem sendo detido apenas por

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[121]

portar vinagre em sua mochila, outros sendo atingidos por bombas de gás lacrimogêneo dentro de suas próprias casas, além das cenas de espancamento e da violência contra qualquer um que tentasse registrar imagens das ações violentas de repressão.

### **2.2.3 A mudança no discurso da mídia e sua influência na redução da tarifa**

A violência prometida e utilizada no quarto ato chegou a um nível extremo e no momento em que mais de vinte jornalistas foram atingidos por ações truculentas da polícia militar, o discurso antiprotestos de grande parte da mídia mudou radicalmente. O mesmo jornal que anunciara a intensificação da repressão no dia 13 de junho teve uma reportagem ferida no olho por uma bala de borracha<sup>15</sup>. A edição no dia 14 de junho, do jornal Folha de São Paulo, possuía a

---

<sup>15</sup> Uol Notícias. Disponível em:  
<<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/13/reporter-da-tv-folha-e-atingida-no-olho-por-bala-de-borracha-durante-protesto-em-sp.htm>> Acesso em junho de 2014.

seguinte manchete: “Polícia reage com violência a protesto e São Paulo vive noite de caos”<sup>16</sup>, o anúncio era acompanhado de uma foto de dois policiais derrubando um casal e outra imagem da repórter ferida.

O prefeito Fernando Haddad, que já vinha defendendo uma postura mais dura da polícia, declarou na reportagem publicada pela Folha de São Paulo no dia 14 de junho que: “a imagem que ficou foi a da violência policial.” O jornalista Arnaldo Jabor, comentarista da rede globo, que adotava a postura de crítico das manifestações, afirmando que apenas integrantes da classe média e baderneiros faziam parte das mesmas, disse que ele e outros colegas haviam criticado erroneamente um movimento que inicialmente aparentava ser uma provocação inútil. A Revista Veja trazia em sua capa: “Contra o aumento: a Revolta dos Jovens”. Assim, é claramente constatado que somente a partir do momento em que a violência alcançou/incomodou a grande mídia<sup>19</sup> é que esta voltou

---

<sup>16</sup> Acervo da Folha de São Paulo. Disponível em:  
<<http://acervo.folha.com.br/fsp/2013/06/14/2/>> Acesso em junho de 2014.

seus olhos para as reivindicações dos protestos e a truculência da polícia na repressão dos atos.

A mudança na percepção social – da grande massa populacional - das manifestações acontecia de acordo com a mudança nas notícias veiculadas pela grande imprensa e nas redes sociais. Assim, o quinto ato, marcado para o dia 15 de junho, passou a contar com o apoio de diversos grupos antes indiferentes às manifestações. Carlos Vainer afirma que há muito tempo “diferenciadas e dispersas manifestações de insatisfação” multiplicavam-se no tecido social e naquele momento explodiram junto com a onda de protestos que tomou o país. Trás que o motivo dessa união entre pautas e grupos tão distintos em certos pontos se deu, essencialmente, pela arrogância e brutalidade dos detentores de poder:

Seu autismo social e político, sua incapacidade de perceber a velha toupeira que trabalhava no subsolo do tecido social, promoveu, em poucos dias, aquilo que militantes, organizações populares e setores do movimento social urbano vinham tentando há algum tempo: unificar descontentamentos, lutas, reivindicações, anseios (HARVEY, 2013).

Dessa maneira, à pauta de redução da tarifa foram adicionadas tantas outras, como a melhoria por saúde, educação, gastos com a Copa do Mundo, corrupção, entre outros problemas que o Brasil agrega.

Com a expansão da onda de manifestações para outras cidades, a presidenta Dilma Rouseff realizou no dia 18 de junho um pronunciamento na tentativa de acalmar os ânimos da população, afirmando que os protestos seriam um símbolo da “energia da nossa democracia” discurso esse aproveitado e reproduzido pela grande mídia na tentativa de retomar o controle social. Outro discurso amplamente propagado e benéfico para os detentores da máquina estatal era o da passividade dos atos, ou melhor, a ideia de que somente protestos realizados sem quebra da ordem alcançariam os objetivos almejados, apenas estes seriam legítimos.

Em mobilizações pacíficas, importa ocupar o espaço público, difundir as ideias, ampliar o debate, unir as pessoas, participar... Não que a finalidade sem fim tenha sido abandonada sem mais; pelo contrário, as empresas de mídia não teriam tanta tranquilidade em pular da

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[125]

vociferação aos aplausos caso não pudessem apontar seus microfones, nos diversos atos que se seguiram, para o sorriso juvenil de quem protesta por tudo e não arrisca nada. A indignação automática também ocupou as avenidas nos dias que se seguiram: em meio a bandeiras nacionais e à negação do próprio sentido do protesto (“Abaixo a corrupção”, “Não são só 20 centavos”, “Queremos um Brasil melhor”...), bastou que a câmera focalizasse os gritos pela paz para que se retomasse as rédeas imagéticas dos acontecimentos. Mas não mais em sua totalidade (HARVEY, 2013).

Mesmo com a expansão de pautas trazidas por grupos que passaram a aderir ao protesto, o MPL-SP não perdeu seu foco e ganhou mais espaço na sociedade para explicar suas intenções e pauta, como pode ser visto, por exemplo, na entrevista concedida ao programa Roda Viva da TV Cultura<sup>17</sup>. Após o sexto ato, reuniões entre o Governo Federal e o governo de São Paulo, no dia 19 de junho, Geraldo Alckmin e Fernando Haddad anunciaram a – antes impossível – redução na tarifa do transporte público

---

<sup>17</sup> Roda Viva TV Cultura. Disponível em:  
<http://tvcultura.cmais.com.br/rodaviva/roda-viva-movimento-passe-livre-17-06-2013-bloco-1>> Acesso em junho de 2014.

em São Paulo<sup>18</sup>. O que levou ao sétimo ato, no qual o MPL continuava na busca por uma tarifa zero, enquanto outros manifestantes comemoravam a redução reivindicavam outras pautas.

### **2.2.3 E agora José?**

Com a revogação do aumento da tarifa o MPL-SP anunciou que não mais convocaria atos naquele momento. Porém, como a onda de manifestações havia tomado conta do país, diversos protestos continuaram acontecendo, o que evidenciou alguns problemas quanto a organização e formação política da massa populacional e a sua fácil maleabilidade nas mãos da mídia.

Quando as contradições explodiram na fusão propiciada pelo rompimento do campo prático inerte, elas se expressaram numa multifacetada manifestação de elementos de bom senso contra a ordem ao

---

<sup>18</sup> Jornal Estadão. Disponível em:

<<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,haddad-e-alckmin-anunciam-reducao-de-tarifas-do-transporte-publico-em-sp,1044416>>  
Acesso em junho de 2014.

lado de reapresentações de conteúdos conservadores e mesmo preocupantes do senso comum – como o nacionalismo exacerbado, o antipartidarismo, a retomada da extrema direita. É essa expressão que permite que o “partido da pena” (da tela, para atualizar a expressão de Marx), ao lado dos meios de comunicação, tente pautar o movimento e dirigi-lo de volta aos limites da ordem, tais como o combate à corrupção e outros. (HARVEY, 2013)

Mesmo com a – em parte – retomada das rédeas do desenrolar dos acontecimentos de junho, uma chama se acendeu. Jovens que nunca foram levados ao debate de questões essenciais como o direito à cidade, a lógica burra do capital, a repressão reservada a determinados grupos, o seu papel como ator da mudança, a percepção de que essa mesma mudança só vem através de luta, naquele momento, foram questionados. Uma geração que se esconde atrás de tecnologia, do discurso do amor, dos “protestos desengajados, [...] quando protestar se tornou uma questão estritamente pessoal, e o ativismo, a rigor, um estilo de vida” (HARVEY, 2013), pôde perceber que a informação é uma ferramenta poderosa e que influencia a sociedade

muito mais do que o imaginado. Uma ‘geração coxinha’ que já não possui desculpas rasas para se manter inerte frente a realidade brasileira.

### **Conclusão**

A relação apresentada neste artigo, além de demonstrar a historicidade da repressão aos movimentos sociais e da mitigação de direitos fundamentais – principalmente quando ligados a grupos sociais político e economicamente desfavorecidos – através de uma mídia infiel a transmissão transparente de informações, busca levantar questionamentos sobre acontecimentos cruciais que merecem profunda análise, quando da construção de um correto entendimento da realidade da democracia brasileira e dos movimentos sociais existentes neste país.

O direito à cidade, à resistência, o direito de morar, de se reunir, de se expressar, estão sendo século a século, dia-a-dia, mitigados em nome de uma falsa democracia, de uma falsa esperança de progresso, de uma falsa pacificidade. Cabe ao leitor ser instigado pelos fatos aqui

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[129]

narrados, buscando uma compreensão crítica no que tange a informação transmitida pelos principais meios de comunicação.

Por fim, faz-se mister relatar que a finalização deste trabalho ocorreu no dia 14 de julho de 2014, um dia após a final da Copa do Mundo no Brasil. Este evento escancarou novas técnicas de repressão desenvolvidas desde as Jornadas de Junho de 2013 - quando da “perda das rédeas” das mãos dos detentores da máquina estatal – uma vez mesmo a repressão “clássica” utilizada, não surtia mais efeito:

“O que estava falhando?”, perguntavam-se editorialistas, empresários, prefeitos, governadores e o alto-comando das suas respectivas polícias. A Copa estava chegando e o povo não saía da rua. Era preciso adotar uma nova estratégia<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Blog da Boitempo. Eduardo Tomazine. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2014/07/04/nao-vai-ter-protesto-evolucao-tatica-da-repressao-durante-a-copa/>> Acesso em junho de 2014.

Infelizmente, a estratégia foi encontrada e aperfeiçoada, e para os movimentos sociais insurgentes em 2013 e 2014 o legado deixado foi um: repressão. Sendo assim, mais do que nunca, “é importante ter em mente que ao passo que os poderes públicos violam as liberdades fundamentais e os direitos garantidos pela Constituição, a resistência à opressão não se trata de mera desobediência, mas um direito e um dever do cidadão”.

### Referências

ANCOP. Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa. (São Paulo, SP). *Megaeventos e Violação de Direitos Humanos no Brasil*. São Paulo: 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HARVEY, D. et al. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MADEIRO, Ricardo C. V. *Crise na Saúde Pública*. Revista Jurídica Consulex, nº 397, 1 ago. 2013.

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[131]

**RESUMO:**

O controle social exercido pelos detentores da máquina estatal através dos meios de comunicação de massa não é algo recente na história brasileira. Encontramos exemplos desse controle na manipulação da informação visando à criminalização de revoltas populares e movimentos sociais ainda na República Velha, mais especificadamente durante a Revolta da Vacina (Rio de Janeiro, 1904). Trabalhando em um contexto mais recente, é interessante observar tais questões também nas Jornadas de Junho de 2013, um movimento popular que reacendeu o debate sobre questões essenciais da estrutura político-social brasileira. No presente artigo busca-se realizar uma análise comparativa entre os fatos ocorridos durante a Revolta da Vacina e as Jornadas de Junho de 2013, com a finalidade de explicitar a manipulação da mídia brasileira nas mãos dos detentores de poder político econômico e levantar pontos ligados à criminalização de movimentos sociais como, por exemplo, a forte, exagerada e inexplicável repressão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Criminalização, Mídia, Movimentos Sociais, Jornadas de Junho, Controle Social.

**ABSTRACT:**

The social control exercised by the state machine's owners through the mass media is not recent in Brazilian history. We find examples of this control in the manipulation of information aimed at criminalizing popular revolts and social movements even in the Old Republic, more specifically during the Vaccine Revolt (Rio de Janeiro, 1904). Working in a more recent context, it is interesting to note such issues also at the June 2013 Conference, a popular movement that has rekindled the debate on key issues of the Brazilian social-political structure. This article seeks to make a comparative analysis between the facts that occurred during the Vaccine Revolt and the June 2013 Days, with the purpose of clarifying the manipulation of the Brazilian media in the hands of the holders of economic political power and to raise points

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[132]

related to the criminalization of social movements, such as the strong, exaggerated and unexplained repression.

**KEYWORDS:** Criminalization, Media, Social Movements, June Days, Social Control.

---

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.  
[133]